

A HIPÓTESE DO INTERVENCIONISMO COMO CAUSA DA RECESSÃO NO BRASIL: a explicação da escola austríaca e sua aderência à realidade

Isis Campos Camarinha

RESUMO

O artigo objetiva fazer uma breve reflexão sobre a teoria econômica austríaca e sua hipótese de não intervenção estatal buscando problematizar seus argumentos e confrontá-los com a realidade da recessão atual na economia brasileira. A ideia é indicar, para fins de pesquisa futuro, os problemas com a aderência da explicação da econômica austríaca aos movimentos recessivos. O artigo apresenta duas conclusões principais sobre a temática, uma que revela aderência por parte da teoria e outra que não revela. A aderência se refere à verificação de que o setor que não foi alvo das intervenções econômicas após a crise de 2008 e da crise da dívida europeia, de bens intermediários, realmente apresentou uma trajetória de crescimento estável, sem oscilações. Esta estabilidade é um dos argumentos defendidos pela teoria austríaca. Por outro lado, não foi possível identificar a fase inicial do ciclo de boom que faz parte da explicação desta escola para explicar o ciclo econômico e a recessão desencadeados pela intervenção Estatal na Economia.

PALAVRAS-CHAVE

Teia Austríaca dos Ciclos Econômicos – Recessão – Intervenção Estatal

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é fazer uma comparação dos pilares explicativos da escola austríaca com alguns dados sobre a economia brasileira para averiguar sua aderência à explicação da recessão atual. Para tanto, além da introdução e conclusão, dividimos o artigo em duas seções, uma em que apresentamos os fundamentos teóricos que são utilizados pela escola austríaca para explicar a defesa da não intervenção e para explicar porque e como a intervenção econômica do Estado gera os ciclos econômicos e a recessão. E outra seção em que a teoria austríaca é testada com alguns dados selecionados da economia brasileira. O artigo se justifica porque tenta contribuir com a discussão entre as teorias de intervenção econômica e de livre mercado, a qual determina as políticas econômicas dos governos, atingindo, portanto, diretamente a sociedade, não se limitando à área das ideias.

1. A HIPÓTESE NÃO INTERVENCIONISTA: A TEORIA ECONÔMICA AUSTRÍACA

A liberdade como conceito fulcral da nossa organização social nasce no discurso histórico a partir da revolução francesa. Na verdade, esta revolução representou o teor discursivo das revoluções modernas porque foi expressão da solidificação do novo modo de produção, o capitalismo, que, no exórdio, contestou a ordem feudal e a lógica da nobreza e da monarquia porque lhe era inerente, em sua base existencial, a necessidade de garantia da ideia de propriedade privada,

pois esta se atrelava organicamente à lógica de sobrevivência e funcionamento da nova classe burguesa, tanto na manufatura como no comércio. Em outras palavras, defender a propriedade privada era equivalente a defender o direito de ser dono do fruto do seu trabalho e dos meios para exercê-lo porque no momento em questão o capitalismo confundia-se com o pequeno capitalista. O discurso, obviamente, somente teve força suficiente para ser internalizado como norma na sociedade depois que os núcleos de poder passaram a se tornar cada vez mais dependentes desta lógica organizacional de produção e social nascente. A correlação entre liberdade e capitalismo é, neste sentido específico, orgânica na medida em que sua expansão e aprofundamento, do capitalismo, é beneficiada pela capacidade de variabilidade das mercadorias, da divisão técnica e social do trabalho em meio à um número cada vez maior de potenciais consumidores/trabalhadores com autonomia relativa para realizar estas mercadorias, num processo mútuo de inclusão/exclusão na medida em que, paralelamente, suas contradições são afloradas¹.

O próprio dinamismo intrínseco contraditório ao sistema capitalista tem como contrapartida necessária a elevação da liberdade do indivíduo, parecendo ser uma das consequências quase que naturais de sua lógica de funcionamento ao lado de tantas outras de caráter negativo. Assim, capitalismo, liberdade e indivíduo evoluíram concomitante e organicamente, mesmo que, é verdade, o capitalismo tenha atingido uma estrutura monopólica contraproducente à própria liberdade do indivíduo. Não à toa, os economistas genuinamente liberais abominam qualquer tipo de monopólio, inclusive o que é próprio da condição Estatal. O liberalismo, mormente à escola austríaca, possui uma conexão bastante íntima com este exórdio do capitalismo, da elevação do indivíduo acima da ordem em vigência, para que possa ser dono do seu trabalho, do seu destino e fazer suas próprias escolhas. Mais do que as outras escolas liberais, como a vertente neoclássica, a teoria econômica e a filosofia moral da escola austríaca, defendem a soberania da ação humana sob qualquer outro tipo de soberania. É exatamente a partir destes preceitos fundamentais que toda a lógica dos argumentos e conclusões é induzida, culminando na praxeologia como método diferencial de análise própria à escola austríaca. As outras vertentes liberais são representadas pelos monetaristas e pela Escola das expectativas racionais, e segundo o professor Ubiratan Oiro, “*A diferença entre as escolas austríaca e monetarista está no contraste entre a fundamentação microeconômica da primeira (que influenciou a escola das expectativas racionais, embora esta não seja subjetivista) e a ênfase macroeconômica da segunda*” (Iorio, 1997, p. 144). As semelhanças e convergências, entretanto,

¹ Aqui estamos pensando pontualmente como o capitalismo abre margem para a aceitação e a ascensão das liberdades individuais ao depender da incessante criação de mercadorias e sua realização, ou seja, abre margem para que haja uma ampla gama de consumidores de vários gostos, valores, raças e culturas. Estamos excluindo aqui maiores considerações sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo em sua fase de acumulação primitiva que, evidentemente, atuou de maneira oposta suprimindo as liberdades com diversas estratégias de exploração entre povos e raças, acumulação esta notadamente importante para as diferenças atuais de desenvolvimento entre as nações sem dúvida. Ressaltando então, no parágrafo de referência desta nota aponta-se para a margem de aceitação relativa da liberdade à medida em que o capitalismo se aprofunda e desenvolve como modo de produção.

são ainda mais significativas e relevantes, sendo a escola austríaca a ala, digamos, mais radical do liberalismo. Basearemos nossa análise, portanto, majoritariamente nos autores desta escola.

O instituto MISES disponibiliza diversos artigos e obras como forma de divulgação do pensamento liberal e da escola austríaca, além de estar vinculado ao Instituto Liberal no Brasil e internacionalmente ao MISES Institute. Para entender a referida teoria econômica austríaca é imprescindível conhecer os fundamentos metodológicos e morais desta escola. A partir da leitura do livre *‘Economia e Liberdade: a escola austríaca e a economia brasileira’* (Iorio, 1997), foi possível listar sete frentes de raciocínio basilares que em conjunto formam um todo metodológico próprio à referida escola: (a) individualismo e subjetivismo; (b) tempo real; (c) incerteza; (d) complexidade e mercado; (e) concorrência; (f) limitação do poder estatal e limitação do monopólio e; (g) ilusão do equilíbrio. O conjunto seria o que denominam de praxeologia econômica como metodologia.

Como ressaltamos no início dessa seção, a organicidade entre o liberalismo político e econômico esteve presente desde o nascimento do mundo moderno (lembrando sempre, em meio há, e mesmo por causa delas, contradições recorrentes). As transformações históricas que culminaram na natureza própria do mundo moderno estiveram presentes em todas as esferas da vida em sociedade e da expressão humana, não se limitando, portanto, apenas ao aspecto econômico em si. A moral da defesa da vontade e dos direitos dos indivíduos está na base do liberalismo da escola austríaca e, por isso, como consequência da máxima defesa do indivíduo em sua singularidade de escolhas, concebe a realidade social e a ideia do justo como extremamente complexo, concluindo que nada pode ser mais soberano do que o próprio indivíduo, rechaçando até mesmo a função de planejador ou agente condutor que o Estado teria a exercer. O reconhecimento do individualismo e do subjetivismo [frente de raciocínio (a)] deriva da percepção sensível do outro como diferente em suas vontades, na forma de gerir sua felicidade e, por isso, da percepção de que todos são genuínos, não cabendo a nada nem a ninguém tentar impor um código ético ubíquo, sendo que, pelo fato de que a sobrevivência social é função direta das condições materiais, no mundo econômico esta percepção desemboca na liberdade de escolha facultada pelo mercado em livre concorrência. Concorrência entendida como uma situação em que os indivíduos livres podem, a partir de seus próprios cálculos, elencar vontades e escala de valores sobre as coisas, decidir o que é melhor para eles e, assim o fazendo proporcionar o melhor resultado para o social. E, o reconhecimento desta realidade complexa à própria natureza humana implica o reconhecimento de que é impossível apreender/decodificar/abstrair um plano geral ótimo por qualquer cérebro ou agente centralizador. Nas palavras de Hayek:

“Além de não possuímos uma escala que inclua todos os valores, seria impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre disponíveis, e atribuir um peso definido a cada uma delas. No que diz respeito ao nosso problema, não tem grande importância se os objetivos de cada indivíduo visam apenas as suas necessidades pessoais ou se incluem as de seus amigos mais próximos, ou mesmo dos mais distantes – isto é, se ele é egoísta ou altruísta na acepção comum de ambas as palavras. O fundamental é que cada

pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta da premência de um número limitado de necessidades. Quer os seus interesses girem apenas em torno das próprias necessidades físicas, quer se preocupe com o bem-estar de cada ser humano que conhece, os objetivos que lhe podem dizer respeito corresponderão sempre a uma parte infinitesimal das necessidades de todos os homens. Este é o fato fundamental em que se baseia toda a filosofia do individualismo. Ela não parte do pressuposto de que o homem seja egoísta ou deva sê-lo, como muitas vezes se afirma. Parte apenas do fato incontestável de que os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais que uma parcela das necessidades da sociedade inteira; e como, em sentido estrito, tal escala só pode existir na mente de cada um, segue-se que só existem escalas parciais de valores, as quais são inevitavelmente distintas entre si e mesmo conflitantes. Daí concluem os individualistas que se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios. É esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos, é a convicção de que suas ideias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta que constitui a essência da visão individualista.” (HAYEK, p. 77).

Este mesmo reconhecimento levou os pensadores da escola austríaca a conceber a própria ideia de tempo e da abstração teórica [frente de raciocínio (b)] que se faz dele como algo igualmente complexo e incapaz de ser reproduzida a partir de qualquer exemplificação gráfica de equilíbrio, mas afirmam que, embora não se possa atingir o equilíbrio, a dinâmica do sistema capitalista em concorrência funciona com base na tendência ao equilíbrio porque conduzida pelas escolhas genuínas dos indivíduos. Como no mundo real há diferentes possibilidades para diferentes indivíduos com diferentes escalas de valores sobre as coisas, o conhecimento adquirido e capturado por cada um destes indivíduos é nevrálgico como fundamento da dinâmica de escolha e, como a miríade de cálculos interage de forma concomitante, acaba que o futuro é inerentemente incerto [frente de raciocínio (c)] e, por isso, o equilíbrio seria apenas uma ideia (frente de raciocínio (g)). É partir desta perspectiva que defendem o conceito de tempo real ou subjetivo, que segundo Oiro pode ser resumidamente explanado da seguinte maneira:

“Nesta concepção, denominada, em 1910, de ‘la durée’, pelo filósofo Henri Bergson, o tempo deixa de ser um conceito meramente estático e passa a ser considerado como um fluxo dinâmico e contínuo de novas experiências. Tal fluxo não está no tempo, como na conceituação newtoniana; muito mais do que isso, ele é, ele se constitui, ele caracteriza o tempo, na medida em que sempre alguma coisa nova deve acontecer, ou o tempo não será real. O tempo real ou subjetivo apresenta, também, três características básicas: a continuidade dinâmica (ao invés da continuidade matemática), a heterogeneidade (em contraposição à homogeneidade) e a eficácia causal (em antítese à inércia causal). [...] Isso significa que todos os processos econômicos devem necessariamente envolver a transmissão e o crescimento do conhecimento. Sob esta perspectiva, a competição deixa de ser apenas o nome dado a um determinado estado de equilíbrio, para ser um processo caracterizado pela descoberta. Na verdade, conforme a Escola Austríaca sempre sustentou, o crescimento do conhecimento, que se processa mediante as descobertas, é a força endógena que propulsa ininterruptamente todo o sistema. [...] O conceito de tempo real é fundamental para compreendermos a ação humana: ao agir, os indivíduos adquirem novas experiências, o que dá origem – necessária mas não deterministicamente a novos conhecimentos. Com base nesses novos conhecimentos, os indivíduos alteram seus planos e ações. Portanto, o sistema econômico é impulsionado por forças inteiramente endógenas. O estado natural da economia no tempo é movimento e não repouso, porque, como o tempo passa inexoravelmente, o conhecimento se altera e, com isso, a própria economia.” (OIRO, p. 68-69).

Vemos que, a partir do relativismo valorativo concebido de início devido à alta sensibilidade em relação à individualidade, a cadeia lógica argumentativa vai configurando um relativismo expandido. Assim, a impossibilidade de se criar um padrão sólido de referências gerais e, porque o indivíduo sabe melhor do que outrem o que lhe julga como de maior valor ou o que lhe dá mais satisfação aplica-se a praxeologia como metodologia básica do sistema econômico e social. É o

reconhecimento da pretensão humana em controlar algo que jamais irá entender e de complexidade ininteligível (frente de raciocínio (d)], o que justifica o individualismo e, a partir deste a defesa do mercado, que tem como chave a divisão do trabalho e, portanto, a troca desencadeada pelo aprofundamento da especialização, em caráter perfeitamente e livremente concorrencial (frente de raciocínio (e) e (f) simultaneamente]. A liberdade da concorrência no mercado implica que, ao concorrerem, os empresários procuram produzir os melhores produtos pelos menores preços e, dessa maneira, viabilizam ao indivíduo, enquanto consumidor, a liberdade como pressuposta e como fim em si, sendo suas vontades e necessidades maximizadas. Ludwig Von Mises inclusive, sobre este tópico da concorrência, ou, em outras palavras, do risco de ser extinto do sistema por não ser suficientemente eficiente na produção marginal, afirma categoricamente que eliminar a motivação pelo lucro, que nada mais é do que a única forma de não morrer para o sistema, equivale a transformar a economia de mercado numa completa desordem; anular o lucro por motivos morais é anular a eficiência da economia de mercado e não entender que o cálculo ‘egoísta’, num contexto de liberdade pura de ação, sem interferências, é, afirma ele, inerentemente social na medida em que é conector das engrenagens coordenativas e cooperativas do processo produtivo coletivo (Mises, 2010, p.80; Cf. p.33, p. 44-45)². Ao mesmo tempo, conforme as escolhas se processam no sistema, através do mecanismo de preços, são processados ajustes paralelos referentes às escolhas do tempo anterior conforme introduzem nos seus cálculos as alterações dinâmicas das escolhas. Para que tudo ocorra desta forma, ou seja, pelo puro mecanismo do mercado e sem interferências na sinalização dos preços, abominam-se qualquer espécie de monopólio e qualquer instrumento que possa conduzir a este e que perturbe os sinais genuínos do mercado, os preços. Conforme Hayek:

“É, por exemplo, lugar-comum que muitos dos problemas de uma cidade moderna, assim como numerosos outros causados pela íntima contiguidade espacial, não são convenientemente solucionados pela concorrência. Mas não são esses problemas, como os dos ‘serviços públicos’ etc, os mais importantes aos olhos daqueles que invocam a complexidade da civilização moderna como justificativa para o planejamento central. O que eles costumam afirmar é que a dificuldade cada vez maior de se obter uma visão coerente de todo o processo econômico torna indispensável a coordenação exercida por um órgão central, a fim de que a vida social não mergulhe no caos. Esta justificativa fundamenta-se numa ideia completamente errônea do modo como funciona a concorrência. Longe de se adequar apenas a condições mais ou menos simples, é a própria complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno que faz da concorrência o único método pelo qual essa coordenação pode se produzir de modo eficaz. Um planejamento ou um controle eficiente não apresentariam dificuldades se as condições fossem tão simples que uma única pessoa pudesse fiscalizar todos os fatos importantes. A descentralização só se torna imperiosa quando os fatores a serem considerados

² Mises chega a afirmar que qualquer indivíduo pode se tornar empresário e ter a propriedade sobre os meios de produção para satisfazer as necessidades dos consumidores, basta apenas ter iniciativa e se submeter à pressão da concorrência pelo menor preço e pela melhor qualidade do produto, no bom estilo do ‘*selfmade man*’. Para ele também a origem do lucro advém da mutabilidade e incerteza das condições econômicas, pois se tudo permanecesse igual e previsível no sistema de preços e das escolhas, não haveria lucro nem prejuízo, apenas um ‘*standoff*’. “Num mundo em que as condições econômicas permanecessem absolutamente inalteradas, o que os empresários gastassem na aquisição de meios de produção, como salários, juros, aluguéis, lhes seria mais tarde devolvido por estar incluído no preço de seus produtos. Os custos de produção seriam, portanto, iguais aos preços dos produtos, e os empresários não teriam lucro nem prejuízo. Mas, na realidade, as condições econômicas mudam a todo instante e, por isso, a atividade produtora é essencialmente incerta e de caráter especulativo. Os bens são produzidos para atender a uma demanda futura, sobre a qual não podemos ter no presente uma certeza absoluta. É essa incerteza que dá origem aos lucros e perdas; lucros e perdas empresariais dependem de sua capacidade de antecipar corretamente a demanda futura.” (Mises, 2010, p. 22).

são tão numerosos que é impossível obter uma visão de conjunto. Uma vez estabelecida a necessidade da descentralização, surge o problema da coordenação – um tipo de coordenação que dê aos órgãos particulares a autonomia de ajustar suas atividades a fatos que só eles podem conhecer, e que, no entanto, promova ao mesmo tempo um ajustamento mútuo dos seus respectivos planos. Como a descentralização tornou-se necessária porque ninguém pode equilibrar de maneira intencional todos os elementos que influenciam as decisões de tantos indivíduos, a coordenação não pode, é claro, ser efetuada por ‘controle consciente’, mas apenas por meio de uma estrutura que proporcione a cada agente as informações de que precisa para um ajuste efetivo de suas decisões às dos demais. E, como nunca se podem conhecer todos os pormenores das modificações que influem constantemente nas condições da oferta e da procura das diferentes mercadorias, e nenhum órgão tem a possibilidade de reuni-los e divulgá-los com suficiente rapidez, torna-se necessário algum sistema de registro que assinala de forma automática todos os efeitos relevantes das ações individuais – sistema cujas indicações serão ao mesmo tempo o resultado das decisões individuais e a orientação para estas. É justamente essa função que o sistema de preços desempenha no regime de concorrência, e que nenhum outro sistema sequer promete realizar. [...] é importante assinalar que o sistema de preços só cumprirá sua função se a concorrência predominar, ou seja, se o produtor tiver que se adaptar às alterações de preços e não puder controlá-las. Quanto mais complexo o todo, mais dependemos da divisão de conhecimento entre os indivíduos cujos esforços separados são coordenados pelo mecanismo impessoal, transmissor dessas importantes informações, que denominamos sistema de preços.” (HAYEK, p. 69-70).

Qualquer intervenção nos preços é inútil e ineficaz. Inútil e ineficaz porque na medida em que se altera a relação relativa de preços para determinado contexto econômico então prevalecente, o resultado, mesmo que visando um bem à sociedade, se desdobra também por um lado negativo. Por exemplo, no caso de preços mantidos artificialmente baixos, obstáculos a possíveis vendedores que, se estivesse prevalecendo o preço correto, alinharia oferta e demanda de acordo com as reais condições econômicas (taxa de juros, por exemplo). Se, por um lado a manipulação beneficia no curto prazo os consumidores do produto em questão, no longo prazo, devido ao obstáculo instaurado aos potenciais vendedores, a oferta do produto em questão diminuirá, o que, inevitavelmente, pressionará a elevação do preço. Por isso, em sua visão, a escola austríaca afirma que a manipulação de preços é inútil e ineficaz. Não há como fugir às leis de mercado, portanto. E, ainda, mesmo que a manipulação tenha ocorrido a partir do domínio Estatal em determinado setor, como, por exemplo, foi no caso do Brasil, do petróleo, os subsídios ou recursos utilizados para suportar a demanda crescente devido à redução artificial de preços deverá sair de algum lugar, isto é, seja por meio de imposto ou por meio da aplicação de recursos de outra área ou até mesmo impressão inflacionária de moeda. Além do que, assim como as empresas privadas, as empresas estatais também estão sujeitas às leis de mercado e precisam ter lucro, ou, pelo menos, evitar perdas. Nas palavras de Mises:

“Na medida em que apenas algumas empresas sejam estatais, permanecendo as demais privadas, as características da economia de mercado que determinam a atividade econômica não ficam gravemente prejudicadas. As empresas estatais, como compradoras de matérias-primas, bens semi-acabados e mão-de-obra e como vendedoras de bens e serviços, também têm que se adequar ao funcionamento da economia de mercado, também estão sujeitas às leis do mercado. Para não perder posição, precisam ter lucro ou, pelo menos, evitar perdas. Quando o governo tenta atenuar ou eliminar essa dependência cobrindo seus prejuízos com a concessão de subsídios, está apenas transferindo o problema. Os recursos necessários para a concessão de subsídios precisam ser obtidos de alguma forma. Podem ser obtidos com a cobrança de impostos; essa carga tributária produzirá seus efeitos no mercado; é o mercado, e não o departamento da receita que decide quem irá pagar os impostos e de que maneira a carga tributária irá afetar a produção e o consumo. Não há como escapar das inexoráveis leis do mercado.” (Mises, 2010, p. 23;47).

Mises afirma que quem negar essas conclusões nega paralelamente a possibilidade de análise lógica na economia e, portanto, não haveria uma ciência econômica. O raciocínio da

‘transferência do problema’ e da ‘inexoráveis leis do mercado’ valem também para análises relacionadas aos salários e câmbio. A oferta e demanda as estratégias dos compradores e vendedores e, por consequência o redirecionamento da produção e dos recursos, tenderão ao equilíbrio e os efeitos da intervenção, mesmo que positivos para o que se deseja no curto prazo e para determinados segmentos, serão negativos no longo prazo e em outros segmentos, em outro viés das condições econômicas. Consequentemente, consideram que qualquer tipo de intervenção apenas gera privilégios a determinados grupos de forma injusta e diminui a motivação genuína do lucro e da competição afetando a geração de riqueza. De tal monta que as três principais consequências econômicas, sociais e políticas do intervencionismo seriam a diminuição da produção agregada e da produtividade ocasionada pela deturpação da economia de mercado diminuindo assim o potencial de riqueza; o nascimento de monopólios nacionais que são igualmente prejudiciais ao pleno e eficaz funcionamento da economia de mercado e, por todas essas consequências, o fato de que, politicamente, a representatividade da nação seria exterminada, existindo em seu lugar a representatividade política de grupos de interesses, a corrupção e, em casos radicais o totalitarismo e autoritarismo, como fica clarividente neste posicionamento de Mises: “*As vitórias que Lenin, Mussolini e Hitler obtiveram não foram derrotas do capitalismo, mas a consequência inescapável de políticas intervencionistas.*” (Mises, 2010, 116).

Sob este ponto, destarte, no que toca ao papel do Estado na economia, o liberalismo defende sua intervenção mínima (“*o Estado mínimo para proporcionar o máximo*”) porque altera os sinais que a concorrência e a economia de mercado produzem. De tal monta que, quando há intervenção Estatal no mecanismo do mercado, o resultado, afirma a escola austríaca, não é o crescimento econômico como afirmam os intervencionistas, mas a ocorrência de ciclos econômicos, os “*boom busts cycles*”. É com estes argumentos que a escola austríaca explica as crises e, em particular, sua ala no Brasil explicar a recessão atual em nosso país. No restante desta seção nos dedicaremos a apresentar a teoria austríaca dos ciclos econômicos para posteriormente podermos aferir em que medida tal explicação se aplicaria à crise atual, ou seja, em que medida, a partir de seus próprios pressupostos, o intervencionismo decorrente da assim chamada Nova Matriz Econômica foi responsável pela recessão. Antes, contudo, é imprescindível apresentar as bases fundamentais dos conceitos econômicos tal como apresentadas pelo fundador da escola, Carl Menger, pois é a partir dessas bases que se processa o entendimento dos ciclos.

1.1 AS BASES FUNDAMENTAIS: CARL MENDER

A obra de referência para as considerações teóricas desta seção estão contidas em “*Princípios de Economia Política*” (1983) de Carl Menger e seguindo a tradição da época o autor discorre sobre os conceitos de bem econômico, valor, valor de troca e valor de uso, dinheiro, troca, juros e capitalismo para expor o funcionamento da economia. Seguiremos este *script*.

Na sua doutrina sobre os Bens, assunto que abre a obra, Menger esclarece o propósito da economia como sendo a atividade que, através da produção, permite a satisfação da necessidade humana e atribui a qualidade de *bem* a todas as coisas que possibilitam ao homem sanar suas necessidades. Assim, para que uma coisa adquira a qualidade de bem é requerida a convergência de quatro pressupostos: a existência de uma necessidade humana, que a coisa possua qualidades que satisfaçam a necessidade, o reconhecimento por parte do homem desta relação entre a coisa e sua necessidade e, por último, o fato de o homem efetivamente poder dispor, poder utilizar efetivamente a coisa para satisfazer a necessidade³. A partir da identificação deste propósito, propõe a classificação dos bens por meio da relação causal que estes estabelecem entre si até, pelo processo de produção e da divisão do trabalho, chegarem à condição de sanar diretamente a necessidade humana. Assim, classifica os bens de primeira ordem como sendo aqueles prontos para diretamente sanar as necessidades humanas, são os bens de consumo. E classifica os bens de ordem superior (de segunda ordem, terceira ordem, quarta ordem etc.) como sendo aqueles que ainda precisarão passar por processos de transformação para se tornarem bens de ordem inferior e, por fim, de primeira ordem. Quanto mais superior a ordem, maior a distância para a satisfação da necessidade humana⁴.

Contudo, o bem de ordem superior deixa de ter qualidade de bem se, mesmo dispondo de todos os bens de mesma ordem para produzir um bem de ordem inferior, não houver a disponibilidade de todos os bens complementares dessa última ordem e de todas as ordens inferiores; é obrigatório para que os bens de ordem superior mantenham a qualidade de bem, que haja bens de ordem inferior e complementares para efetivar a relação causal de transformação até o bem de primeira ordem; caso alguma ordem tenha deficiência perde-se a qualidade de bem, torna-se apenas uma coisa não econômica (Idem). Da mesma forma a cessação da necessidade satisfeita por determinado bem de primeira ordem elimina a qualidade de bem das ordens superiores que entram nas relações causais de transformação deste bem. Concomitantemente, há outro problema, o tempo. Tendo em vista que há a passagem inexorável do tempo à medida que o bem passa de ordem para ordem até chegar à primeira ordem, é igualmente necessário, que, para que o bem de ordem superior no presente mantenha sua qualidade de bem no futuro, que, no futuro, exista concretamente demanda por bens inferiores que justifiquem sua qualificação como *bem*. Os bens de ordem superior, devido ao fator tempo, devem sua qualidade de bem não aos bens de ordem inferior do

³ Menger faz referência também ao que ele chama de bens imaginários. Seriam aqueles bens que satisfazem necessidades da 'alma' ou que não estejam diretamente relacionados a uma necessidade diretamente vital ao homem, estando embutidos no contexto cultural e, segundo ele, quanto menos desenvolvidas a sociedade maior a riqueza em bens imaginários (amuletos, artigos de beleza etc.) e menor em bens reais. Ao afirmar sobre a maior riqueza em bens imaginários por parte de sociedades menos desenvolvidas Menger certamente se espantaria com o nível de 'bens imaginários' que existe hoje tanto na indústria do entretenimento quanto da propaganda.

⁴ Estes nexos causais (expressão utilizada por Menger) de transformação até os bens de ordem primeira ordem é de "supra importância" para o entendimento da teoria dos ciclos, como explicaremos mais a frente.

presente, mas aos bens de ordem inferior do futuro. Desta ideia, nasce a ideia de que para a economia crescer de modo sustentável os bens de consumo, de primeira ordem, devem ditar a demanda dos bens de ordem superior para que não haja a possibilidade de os bens virarem meras coisas. É também devido ao fator tempo que a sociedade deve zelar antecipadamente pelo atendimento da demanda no futuro, sendo cada vez mais premente e complexa de se atingir esta necessidade quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho ou quanto mais se criam ordens e quanto mais se desenvolve o conhecimento científico (Menger, Idem). Destarte, o bem-estar progressivo dos homens depende do bom funcionamento dessas correlações, bom funcionamento este que, através da arte da previdência (Menger, Idem), busca o atendimento da demanda no futuro, sendo que a demanda é então definida como “*aquela quantidade de bens necessária para satisfazer às suas necessidades no período de tempo em que se estende a previdência.*” (Menger, 1983, p. 260). Consequentemente, a demanda pelos bens de ordem superior é condicionada pelos bens de ordem inferior, bens de consumo no tempo $t+1$. Se no tempo futuro houver deficiência na arte da previdência, haverá paralelamente à demanda efetiva no tempo $t + 1$, uma demanda latente também no tempo $t + 1$, a qual somente será satisfeita no tempo t do futuro. (Menger, 1983, p. 264;266)

Da mesma forma, se a demanda futura dos bens de ordem inferior e, em última instância dos bens de primeira ordem, não validarem a qualidade de bem das ordens superiores, haverá a existência de uma *demanda não-latente*, revelando que os bens de ordem superiores que foram produzidos não são fundamentados pelas reais necessidades humanas expressas a partir das demandas pelos bens de primeira ordem. Daí que, por este ângulo, segue a lei, sugerida por Menger, de que as demandas dos bens de consumo devem ditar as demandas dos bens intermediários e de capital, sendo este ponto fulcral para entender a teoria dos ciclos econômicos. Pode-se então definir o que seria um bem econômico: todo bem é um bem econômico se sua demanda for menor que sua oferta⁵. Esta definição faz jus à definição do propósito da economia para Menger e para a escola austríaca em geral de que a atividade econômica nasce para satisfazer as demandas das necessidades humanas; logo, a dinâmica econômica é ditada pelos bens econômicos neste sentido e, assim, nasce o empuxo econômico, da diferença entre demanda e oferta, não no presente, mas no futuro a partir

⁵ “Com isso surge a necessidade [...] que a sociedade assegure proteção legal aos indivíduos que conseguiram apossar-se legitimamente da referida parcela de bens, contra ataques dos demais indivíduos. Chegamos assim à origem econômica de nossa ordem jurídica atual: a proteção à propriedade, que constitui o fundamento da propriedade. [...] Eis porque a propriedade, no sentido visto acima, é inseparável da economia humana em sua dimensão social; e qualquer plano de reforma social só poderá empenhar-se no sentido de uma adequada distribuição dos bens econômicos, mas não poderá abolir a instituição da propriedade como tal.” (Menger, 1983, p. 271).

não da deficiência no cálculo da previdência, mas da vontade genuína dos indivíduos. Em outras palavras, não faz sentido produzir bens não econômicos, bens cuja oferta é maior que a demanda⁶.

“Decorre daí o seguinte princípio geral: a característica econômica dos bens de ordem superior é condicionada pela característica econômica dos bens de ordem inferior para cuja produção concorrem; em outras palavras, nenhum bem de ordem superior pode ter característica econômica, a não ser que sirva para a produção de bens econômicos de ordem inferior.” (Menger, 1983, p. 277).

Neste sentido, segundo Menger, a atividade econômica define-se e é impulsionada pelo preenchimento da lacuna entre a oferta e a demanda dos bens de consumo propagando-se da ordem inferior para as ordens superiores⁷ (Menger, 1983, p. 278).

Então, já que a base econômica da sociedade é a satisfação das necessidades humanas e o ponto de partida e de chegada é o homem, e já que tal base sustenta-se na característica econômica dos bens tal como definido por Menger, segue-se daí que no afã da arte da previsão surge o fenômeno do valor subjetivo dos bens (Menger, 1983, p. 283). Tal como definido por Menger e, naturalmente pela escola austríaca, o valor é a importância que se dá aos bens econômicos no contexto de dispormos deles de forma limitada para satisfazermos nossas necessidades, tal é a origem do valor para eles. Os bens não econômicos nesse caso, em que a demanda é menor que a oferta (há abundância), não possuem valor para nós:

Paralelamente, a ênfase no *para nós* revela a natureza subjetiva do valor, não sendo o valor inerente aos bens, mas originado de uma conscientização de sua disponibilidade para satisfazer necessidades, sendo a necessidade a medida de tudo (Menger, 1983, p. 299). Daí que, o valor de uso e o valor de troca são subordinados ao conceito de valor. Muito embora os bens econômicos e não-econômicos tenham ambos utilidade, estes últimos não possuem valor-de-uso nem valor de troca. Para Menger, como os bens econômicos são objetos de uma necessidade e por isso são produzidos, adquirindo desta maneira valor, na medida em que são diretamente utilizados para a satisfação adquirem valor de uso. Quando este valor de uso é menor que o valor que o indivíduo concebe para outro bem econômico na hipótese de não tê-lo, o bem econômico que tinha valor de uso passa a ter valor de troca. Assim, se o bem econômico terá valor de uso ou valor de troca dependerá de qual destes valores é maior para o indivíduo na hipótese de ter ou não ter determinados bens econômicos. Os bens assumem valor de uso e valor de troca para seus possuidores a depender do

⁶ “Se assim é, torna-se claro que a característica de ‘econômico’ ou ‘não-econômico’ não é algo inerente aos bens, nem é propriedade inerente aos mesmos; e que, portanto, cada bem tem a característica de ‘econômico’ independentemente de propriedades internas que lhe sejam inerentes, ou de elementos externos, desde que haja a relação acima (demanda maior que a oferta), perdendo-se essa característica no momento em que ocorrer a relação contrária (oferta maior que a demanda).” (Menger, 1983, p. 273).

⁷ A *riqueza* então é definida como sendo o grau em que o indivíduo, desenvolvendo atividade econômica, consegue, em comparação a outro, satisfazer suas necessidades por *bens econômicos*. Já o conceito de *riqueza nacional* define-se pela *totalidade de bens* que uma nação e seus indivíduos dispõem para satisfazer suas necessidades. Assim, com base na definição de riqueza do indivíduo, surge o paradoxo de que quanto mais ele busca produzir bens econômicos, elemento da riqueza, mais estes tendem a deixar de ser econômicos e, por conseguinte, na medida em que a oferta se aproxima e eventualmente supera a demanda (fato que retira a qualidade de econômico do bem), é eliminada a existência da riqueza. (Menger, 1983, p. 278-280).

contexto e de sua subjetividade na relação com tal contexto. É claro que, o valor de troca por sua vez depende da possibilidade da troca, ou seja, do comércio, o qual fornece a satisfação das necessidades de forma indireta ao trocar determinado bem econômico por outro, em que este outro possui maior valor de uso do que o que se tem em posse e, portanto, o bem que se tem em posse tem maior valor de troca do que valor de uso para o indivíduo, sendo que esta percepção deve também ocorrer para o indivíduo B que possui o bem econômico que o indivíduo A quer obter, só que de forma inversa. Assim, a base para a troca é uma condição para o valor de troca, portanto, mas a troca não é condição para o valor de uso (Menger, 1983, p. 354;356).

O que for maior no caso significa que se o valor de uso de determinado bem for maior que o valor de troca, ou seja, que se a satisfação direta da necessidade proporcionada por aquele bem é maior do que o valor dado à importância (valor) de satisfazer outra necessidade abdicando-se desse bem de forma indireta pelo comércio (valor de troca), então nesse caso o valor de uso é decisivo e não haverá troca, valendo, neste sentido, o inverso. Se introduzirmos a contexto das quantidades de determinados bens, é possível que parte da quantidade tenha valor de uso e parte da quantidade tenha valor de troca (excedente) (Menger, Idem). Quando ocorrer o último caso de valor de troca no contexto comercial, haverá a interconexão de subjetividades e valores, configurando o contexto de formação de preço, conceito que tem como base a comparação subjetiva dos valores de troca entre dois ou mais indivíduos ou entre dois ou mais compradores e vendedores. Por outro lado, Menger não supõe que a troca e a formação de preços deve ser basear na equivalência dos valores de troca, pois, caso essa equivalência ocorresse as próprias bases para a troca desapareceriam, já que não faz sentido trocar um bem por outro de igual valor (Menger, 1983, p.331;324). É a partir deste último ponto que nasce a ideia da utilização do capital e do lucro.

Segundo Menger a troca somente é concretizada desde que o valor de troca do bem que se pretende adquirir for maior do que o bem que se pretende desfazer, ou o inverso, só ocorre se o valor de troca do bem que se possui for menor do que o valor de troca do que o bem que se quer obter. A base da troca é a diferença no valor dos bens em questão. O indivíduo A troca uma quantidade (q) de seu produto (x) por uma quantidade (q) de um produto (y) por que julga que o valor de (qx) é menor que o valor de (qy), ou, que o valor de (qy) é maior do que o valor de (qx). É claro que para se formar o preço em si é necessário que $qx = qy$ e que esta equivalência formal seja refletida pelo parâmetro preço (p), em que $qx = p.qy$, ou seja, que o preço (p) é igual a qx/qy . Mas, na verdade, na hora da negociação ou da escolha, o preço estabelecido não reflete de fato a igualdade pelo ponto de vista subjetivo, pois se o preço for digamos 2,5 reais no caso da troca de, digamos, uma garrafa de cerveja por duas garrafas e meia de leite, o preço de 2,5 seria o limite superior da troca, supondo concorrência perfeita, pois 2,6 seria a verdadeira equivalência, sobrando margem de 0,1 para lucro e utilização do capital, isto é, seria um espaço reservado para o lucro e o

pagamento de juros no caso de um empresário (Menger, 1983, p. 313). A pechincha, ou, a lei da oferta e da demanda na formação de preços atua dentro de limites estabelecidos subjetivamente, sendo a equivalência dos valores entre as mercadorias uma equivalência apenas formal e não de fato. Os limites se constroem porque o indivíduo A está disposto a vender a mercadoria x por um preço mínimo de 10 e o indivíduo B está disposto a comprar tal mercadoria por um preço máximo de 20, sendo que a negociação se estabelecerá dentre destes limites com a tendência de atingir uma média de 15 (Menger, 1983, p. 334) e sendo que tanto no caso do limite superior quanto no caso do limite inferior, os preços não refletem o limite aceitável da diferença de valores entre os bens que se quer possuir ou desfazer (Menger, 1983, p. 313;333-334).

A margem é uma espécie de valor escondido subjetivamente pelo indivíduo/empresário não refletida na equivalência formal. Assim que, para determinar os valores dos bens de ordem superior deve-se unir esta abordagem com a abordagem de que os bens de primeira ordem é que devem ditar a atividade econômica dos bens de ordem superior no contexto da arte da previsão. Menger conclui que o valor dos bens de ordem superior é determinado pelo *valor previsível* (expressão utilizada por ele) dos bens de ordem inferior no futuro. Dado que os bens de ordem superior produzidos no tempo t devem estar contidos no valor dos bens de ordem inferior no tempo t+1, de tal monta que são os preços dos bens de consumo ou de primeira ordem no *futuro previsível* (novamente expressão utilizada por ele) que determinam os preços dos bens de ordem superior no presente e, portanto, os custos (Menger, 1983, p. 306-307):

Em outras palavras, Menger está dizendo que todo custo é uma receita e vice-versa, está dizendo que o preço dos bens de ordem superior utilizados para produzir os bens de consumo no tempo t atual, foi determinado no passado t-1, em que o valor dos bens de ordem superior nesse tempo passado foi estabelecido com base no valor previsível dos bens de consumo no então futuro t+1, que no momento atual é o tempo t. Isso implica que o valor total dos bens de consumo no tempo t deve conter a totalidade dos valores de produção dos bens de ordem superior no passado t-1. Na verdade a causação não é linear do passado para o futuro, ela é cíclica, Ou seja, da mesma forma que a determinação dos valores dos bens de ordem superior em t (momento atual) depende da determinação dos valores de ordem inferior em t+1, os valores dos bens de ordem inferior em t+2 se basearão no valor dos bens de ordem superior em seu momento atual que é o futuro para os bens de ordem superior em t+1. Enquanto em um é presente, no outro é futuro, isto porque a produção é sempre um ato do passado (Menger, 1983, p. 305).

Daí que, desta complexidade temporal, os juros têm, nesse jogo da temporalidade, um papel fundamental, porém só de forma reflexiva, na medida em que são expressões da preferência intertemporal do indivíduo. Os juros devem refletir a vontade genuína das escolhas dos indivíduos em relação aos seus gastos com consumo para satisfazer suas necessidades. Essa reflexividade

advém da influência que a proporção do consumo/poupança exerce na oferta monetária e, portanto, nas condições de crédito e juros⁸. Na próxima seção aprofundaremos mais esta correlação para explicar os ciclos econômicos de acordo com o arcabouço teórico da escola austríaca tal como exposto até agora. Retomaremos as ideias conforme a necessidade da exposição.

1.2 A TEORIA AUSTRIACA DOS CICLOS ECONÔMICOS

A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos afirma que estes ocorrem em cinco estágios: (i) *boom*; (ii) efeito-renda; (iii) aperto de crédito; (iv) recessão e; (v) retomada e estabilidade. Vimos nas seções anteriores que os processos de mercado na formação dos preços, a não-intervenção, a demanda dos bens de consumo, o fator tempo e as taxas de juros (preferência intertemporal cuja expressão está contida na proporção consumo/poupança) são peças chave para explicar a dinâmica econômica segundo a visão austríaca. Assim, deixada em funcionamento automático e livre de interferências, a economia movimenta-se como uma gangorra impulsionada a partir da proporção consumo/poupança (investimento). No movimento de gangorra enquanto um lado do peso sobe, o outro desce em um ângulo de equilíbrio. Essa metáfora quer dizer que o crescimento sustentável da economia ocorre na medida em que consumo e investimento possuem trajetórias opostas, ou seja, quando o investimento estiver aumentando o consumo deve diminuir e vice versa, seguindo gastos contrários. Como vimos a partir de Menger, a atividade econômica e sua demanda devem ser ditadas pelos bens de primeira ordem, os bens de consumo. Ora, os bens de consumo são por definição os bens econômicos que satisfazem diretamente as necessidades humanas sem precisar de transformações. Assim sendo, sua demanda é função direta da propensão a consumir do indivíduo. Como se sabe, tal propensão é estabelecida na proporção consumo/poupança no tempo T. Quanto maior for esta relação maior é a demanda por bens de consumo e menor a taxa de poupança, evidenciando-se a preferência pelo tempo presente. Esta preferência é então refletida nas taxas de juros que, nestas circunstâncias, aumenta, sinalizando aos produtores de bens de ordem superior, principalmente do setor de bens de capital, que não há intenções de elevação do consumo futuro, ou seja, não há formação de poupança e, portanto, não há perspectiva de consumo futuro maior do que o estabelecido. Dessa forma, enquanto a demanda por bens de consumo aumenta e a poupança

⁸ “A origem dos juros não decorre de uma necessidade de equilibrar a oferta e a demanda por empréstimos existente no mercado. Ao contrário, a função do mercado de empréstimos, que no jargão comercial é denominado mercado financeiro (quando se trata de curto prazo) e mercado de capitais (quando se trata de longo prazo), consiste precipuamente em ajustar as taxas de juros estabelecidas nas transações financeiras à diferença de valor entre os bens presentes e os bens futuros. Essa diferença é a verdadeira origem do juro. Um aumento na quantidade de moeda, por maior que seja, não conseguirá, no longo prazo, influenciar a taxa de juros. [...] No princípio, o crédito adicional faz com que a taxa de juros caia para um valor menor do que o que prevaleceria num mercado não manipulado. Mas também é evidente que uma expansão do crédito, por maior que seja, não conseguirá mudar a diferença de valor entre um bem futuro e um bem presente. NO final das contas, a taxa de juros terá que retornar ao valor correspondente a essa diferença de valor entre os bens. Cabe ao ramo da economia conhecido como teoria do ciclo econômico a tarefa de explicar e descrever como se dá esse processo de ajustamento.” (Mises, p. 62).

diminui, refletindo taxas de juros maiores, as atividades econômicas dedicadas à produção de bens de ordem superior reduzem os investimentos. Eis porque a economia, livre e desimpedida, deveria funcionar como uma gangorra entre investimento e consumo. Quando cessa a elevação da demanda por bens de consumo e a proporção consumo/investimento (poupança) sofre diminuição, o sinal transmitido ao mercado é de que o consumo futuro aumentará e, como está ocorrendo um processo de elevação da poupança, as taxas de juros diminuem refletindo tal preferência pelo consumo futuro. A redução dá início a novos investimentos nos setores produtores de bens de ordem superior para satisfazer a demanda futura. Eis aqui, completo, o movimento da gangorra entre consumo/investimento e entre bens de consumo/bens de capital. A base desta ideia de gangorra está contida na ideia da passagem de tempo entre os bens de ordem superior e inferior e na ideia de que a economia existe para satisfazer as necessidades do homem.

Daí que, como vimos também na exposição anterior, o valor dos bens de ordem superior, (intermediários e de capital) porque determinados pelo valor previsível futuro dos bens de primeira ordem, irão refletir este movimento. Quando há aumento da proporção consumo/poupança (investimento), os bens de capital (de ordem superior em geral) sofrem uma redução porque o valor previsível dos bens de consumo no futuro diminui e, inversamente, quando esta proporção diminui, há elevação do valor dos bens de ordem superior. Lembrando que o ideal é não haver demanda latente e, nem muito menos, oferta em excesso.

Na economia de mercado os preços são sinalizadores que possibilitam a coordenação dos recursos disponíveis através dos ajustamentos entre oferta e demanda, entre os bens de ordem superior e inferior, mas, quando, por uma manipulação monetária, seja via redução direta das taxas de juros ou via redução indireta pela expansão do crédito, gera-se sobreinvestimentos, porque os sinais emitidos são ilusórios e a “poupança torna-se forçada” e, pior, não lastreada. A demanda gerada pelos sobreinvestimentos alterará os preços relativos e, tal alteração, como não ocorre *“simultaneamente e nem na mesma extensão para todos os bens e serviços”* (Mises, 2010, p. 58), provoca a descoordenação intertemporal em cadeia entre as ordens ou setores da economia no tocante à alocação dos fatores produtivos e de consumo, provocando erros nos cálculos de lucratividade, os quais, no futuro, deverão ser reajustados.

De tal monta que ficam patentes quatro premissas: a expansão monetária artificial gera poupança forçada; os juros promovem a coordenação intertemporal entre as trajetórias de consumo, investimento e poupança; há uma tendência à substituição entre bens de ordem menos elevada por bens de ordem mais elevada quando de uma redução da taxa de juros e; os gastos de consumo e

investimento podem e devem se mover em sentidos contrários como forma de drenar recursos (poupança) entre os bens de ordem inferior e superior (Oiro, 1997, p.154-157).

Se, no caso de uma alteração da demanda decorrente de uma alteração genuína da poupança, ocorrerem variações nos preços e quantidades ofertadas, bem como nos investimentos, não haverá ciclo, muito embora haja alteração no produto agregado. O problema é quando a propensão a poupar ou a consumir/investir é alterada artificialmente por manipulação monetária. Neste caso, o primeiro estágio do ciclo é o “*boom*”, como de praxe. Neste estágio a expansão monetária irá desencadear a reprecificação dos valores presentes e afetar as margens de lucro entre os estágios de produção de forma diferente. O crédito artificial não lastreado em poupança, ou seja, não lastreado em consumo futuro, irá provocar a redução das taxas de juros (há também a hipótese em que esta redução é feita deliberadamente) e transmitir sinal equivocado aos empresários de que a preferência temporal pelo consumo futuro está aumentando os fundos poupados e, portanto, com taxas de juros menores e valor previsível maior dos bens de ordem inferior, os investimentos tornam-se mais rentáveis e lucrativos neste setor, dando início ao *boom* nos setores de bens de capital. Os investimentos direcionam-se a processos de produção mais longos. Há então um alargamento da estrutura de produção em que a demanda por produtos próximos ao consumo final de produção cresce menos do que nos mais afastados do consumo final, como bens de capital e, tal elevação da demanda, desencadeia um processo inflacionário dentro do setor de bens de capital, bem como um potencial descompasso macroeconômico futuro.

Antes, contudo, no segundo estágio do ciclo há o efeito-renda. O efeito multiplicador do *boom* eleva a remuneração global dos fatores de produção nos setores que, em decorrência de uma redução dos juros e da alteração dos preços relativos, se tornaram mais lucrativos. Tal elevação da renda global transborda na forma de elevação paralela na demanda por bens de consumo, forçando o aumento da proporção consumo/poupança. Segue que a diminuição da poupança decorrente do efeito-renda inviabilizará que as taxas de juros caiam ainda mais (ou que se mantenham) para que a oferta dos bens de ordem superior consiga satisfazer a demanda desencadeada pelo segundo estágio do ciclo, de expansão do consumo, inviabilizando o equilíbrio macroeconômico.

Deste desalinhamento macroeconômico entre a oferta e demanda ocasionada pela alteração na relação consumo/poupança (lembrando que a expansão inicial foi provocada por uma poupança forçada, ou seja, os novos investimentos desencadeados não estavam lastreados em poupança real), inicia-se a terceira fase, de aperto do crédito, em que se prolifera a disputa por fundos poupados entre todos os setores, elevando as taxas de juros (Oiro, Idem). O aperto do crédito, a elevação dos preços dos bens de capital e a elevação dos juros dão vazão ao abandono de projetos e investimentos, demissões, cancelamento de compras, aumento dos estoques e diminuição das rendas, configurando um quadro de recessão. Os setores que mais sofrem perdas de mão-de-obra ou

que são mais afetados pela diminuição da demanda agregada são aqueles mais afastados dos bens de consumo final porque foi lá que começou a ilusão:

A última fase, de retomada e estabilidade, é atingida quando os preços das indústrias de bens de capital param de cair, os salários diminuem, e as taxas de juros ajustam-se refletindo as preferências intertemporais, restabelecendo o equilíbrio macroeconômico necessário para o movimento de gangorra. Ou seja, quando cada constelação de preço, salário e juros está alinhada e fundamentada nas preferências genuínas do indivíduo (Mises, p. 62) não há ciclo e nem recessão porque os investimentos estarão apoiados e lastreados na vontade genuína dos indivíduos captada pelo mercado em liberdade máxima e pelos bens de primeira ordem, ao contrário, há crescimento sustentado do produto.

É com base neste arsenal lógico-causal que a escola austríaca explica a recessão atualmente vivida pela economia brasileira e afirma que esta se encaixa na quarta fase do ciclo econômico tal como apresentado a pouco, ciclo este causado, no caso concreto brasileiro, preponderantemente por pelo menos três principais intervenções governamentais: (i) nos preços administrados do petróleo e energia; (ii) na artificial expansão do crédito via bancos públicos e via redução das taxas de juros; (iii) subsídios e isenções fiscais para determinados setores no afã de minorar os efeitos tanto da crise internacional de 2008 quanto da crise da dívida europeia. Vale lembrar, inclusive, que para a escola austríaca, a própria crise de 2008 diz respeito à dinâmica da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos. Afirmam que a opção deliberada do Federal Reserve de reduzir a taxa de juros de 5,25% para 4,75% em 18 de setembro de 2007 foi responsável pelo estouro da crise de 2008 e que, ainda hoje, com a política ainda frouxa do Fed, ainda se mantém ativa⁹. Isto posto, na próxima seção a análise irá se pautar pela verificação da aderência deste arsenal teórico lógico-causal à atual dinâmica de recessão vivida no Brasil.

2. A ADERÊNCIA EXPLICATIVA DA TEORIA AUSTRIACA DOS CICLOS ECONÔMICOS FACE À ATUAL RECESSÃO NO BRASIL

Analisando a correlação entre as medidas provisórias editadas desde a crise de 2008 e da crise da dívida europeia quando aumenta a intervenção econômica estatal, vemos na tabela 1 que as medidas ficaram concentradas entre os anos de 2011 e 2012 com prorrogação do REINTEGRA em 2013. Dentre as medidas aprovadas, as mais importantes foram a MPV 540, 549, 563, 564, 601 e 609.

⁹ “De acordo com Ludwig von Mises e seus seguidores, o ciclo de expansão e recessão (*boom-bust cycle*) não é algo inerente ao livre mercado; ao contrário, é causado pela interferência do governo nos mercados de crédito, mais especificamente por sua manipulação das taxas de juros. O governo causa o período de expansão econômica (*boom period*) injetando crédito novo no sistema (diminuindo as taxas de juros), o que estimula inúmeros projetos de investimentos que não seriam feitos caso uma taxa de juros realista estivesse em vigor. Por causa disso, esses investimentos inevitavelmente se revelarão insustentáveis e economicamente débeis no longo prazo, e entrarão em colapso (*bust period*) em alguma data futura. Esse colapso é necessário para que as condições econômicas sejam restabelecidas e todos os maus investimentos sejam depurado.” (Murphy, 2008, Mises Institute Brasil).

TABELA 1: Principais Medidas Provisórias aprovadas com teor intervencionista

Mês/Ano	MEDIDA PROVISÓRIA	TEOR
Abril/2010	MPV 487/2010	Altera a lei 12.096 de novembro de 2009 (aumento do valor e ampliação do prazo de vigência) que autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES para financiamento destinados à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.
Julho/2010	MPV 495/2010	Estabelece margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, priorizando bens e serviços produzidos no país; critérios de apoio ao IFES e às ICTS na contratação pela administração pública.
Março/2011	MPV 528/2011	Altera os valores constantes da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, subindo os pisos de incidência.
Agosto/2011	MPV 540/2011	Institui o REINTEGRA para as empresas exportadoras, estabelece a redução de IPI à indústria automobilística.
Novembro/2011	MPV 549/2011	Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP, COFINS, PIS/PASEP – Importação e COFINS – Importação incidentes sobre a importação e receita de venda no mercado interno de alguns produtos das seções XVI, XVII, XVIII da TIPI.
Dexembro/2011	MPV 552/2011	Amplia a redução a zero das alíquotas de PIS/PASEP e Confins da Lei 10.925 de 23 julho de 2004 para massas alimentícias, farinha de trigo e queijo.
Abril/2012	MPV 563 + 564 – apelidado de Plano Brasil Maior Novo Regime Automotivo (Inovar-Auto)	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o programa de incentivo à inovação tecnológica e adensamento da cadeia produtiva de veículos automotores, o regime especial de tributação do programa nacional de banda larga, regime especial de incentivo a computadores para uso educacional, programa um computador por aluno e outras providências. Programa de estímulos à Indústria, novos setores no programa revitaliza do BNDES e injeta R\$ 45.000.000.000,00 do Tesouro Nacional no BNDES, elevação no limite de financiamento do BNDES para modernização do parque industrial e redução dos custos de financiamento para compra de máquinas e equipamentos.
Maio/2012	MPV 567/2012	Altera as regras para a desindexação da economia com a alteração dos rendimentos da poupança. Rendimento de 0,5% ao mês enquanto a meta da taxa Selic definida pelo COPOM for superior a 8,5% e de 70% da meta da taxa Selic ao ano no demais casos.
Setembro/2012	MPV 578 E 582/2012	Permite depreciação acelerada e de bens de capital para apuração do Imposto de Renda. Desoneração da folha de pagamentos para setor industrial e de serviços, diversas atividades.
Dezembro/2012	MPV 601/2012	Prorroga REINTEGRA, amplia desoneração para o setor de construção civil e comércio varejista, e dispõe sobre redução das alíquotas.
Dezembro/2013	MPV 609/2013	Reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica e dá outras providências.

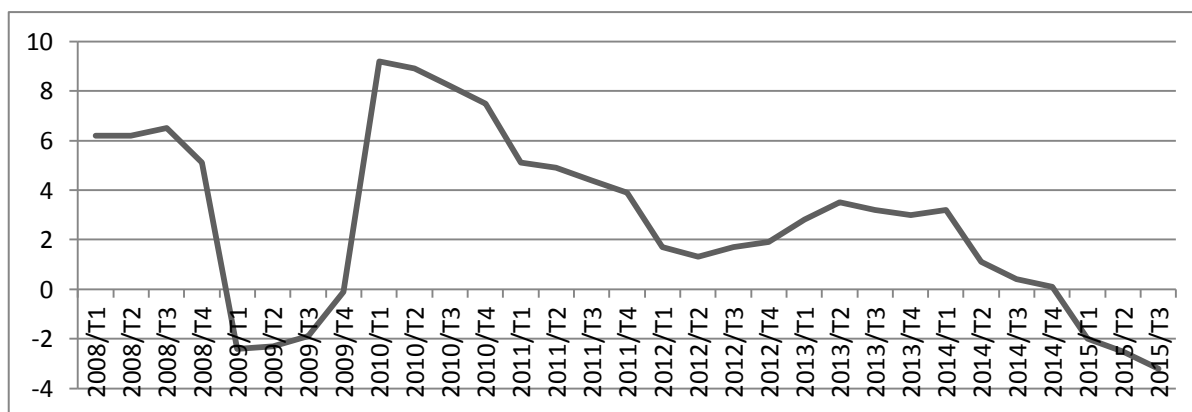
Fonte: Congresso Nacional, elaboração própria.

No que tange à expansão do crédito os volumes cresceram a taxas exponenciais entre 2000 e 2014, atingindo a marca de R\$ 32 milhões em 2014. Entre 2008 e 2014, período que interessa à nossa análise, aumenta de R\$ 12 milhões para R\$ 32 milhões, um crescimento de 166%. A taxa de juros por sua vez começa a ser reduzida em agosto de 2011, seguindo trajetória de queda até agosto de 2013, quando inverte e começa a subir, atingindo em março de 2015 a taxa de 12,65%. Como porcentagem do PIB entre 2013 e 2014 o volume de crédito variou entre 52% e 54%. A base monetária (conceito M2) cresce continuamente entre 2007-2013, passando de 26% para 39% no período, diminui em 2014 para 37%, e estabiliza em 38% em 2015.

Se olhados isoladamente com base nos pré-requisitos apontados pela escola austríaca, estas evidências comprovariam a intervenção como causa da recessão, tanto em relação à expansão monetária induzida via crédito e via redução da taxa de juros quanto em relação às intervenções estatais (Tabela 1) para estimular o consumo e o investimento. Entretanto, ao analisar dados

adicionais percebe-se que, em primeiro lugar, não há evidências do estágio inicial de “boom” tal como teorizado pela referida escola. Verifica-se no gráfico 1 que a taxa de variação do volume do PIB apresenta uma trajetória de tendência visivelmente declinante, ou seja, com exceção do ano de 2010, em que há o restabelecimento do volume perdido decorrência da crise de 2008/2009, a taxa de variação do PIB cresce num ritmo cada vez menor até chegar em 2015 num patamar negativo. Com exceção do ano de 2013, em que a taxa sofre ligeira recuperação, a trajetória de declínio mostrou-se irreversível. Muito embora o PIB tenha crescido continuamente em valores correntes, o seu crescimento ano após ano desde a crise de 2008/2009 tem sido cada vez menor, demonstrando exatamente o inverso do que se caracteriza um *boom*.

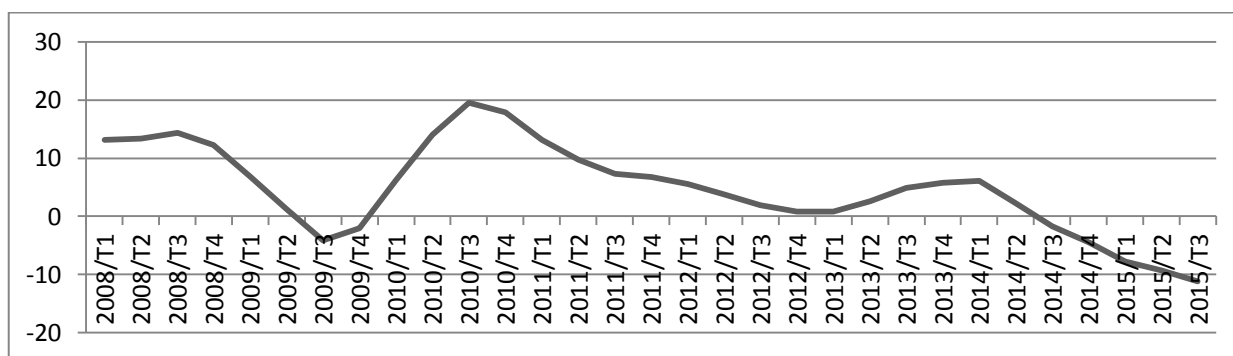
GRÁFICO 1: Taxa Trimestral de Variação PIB (Volume)



Fonte: IBGE

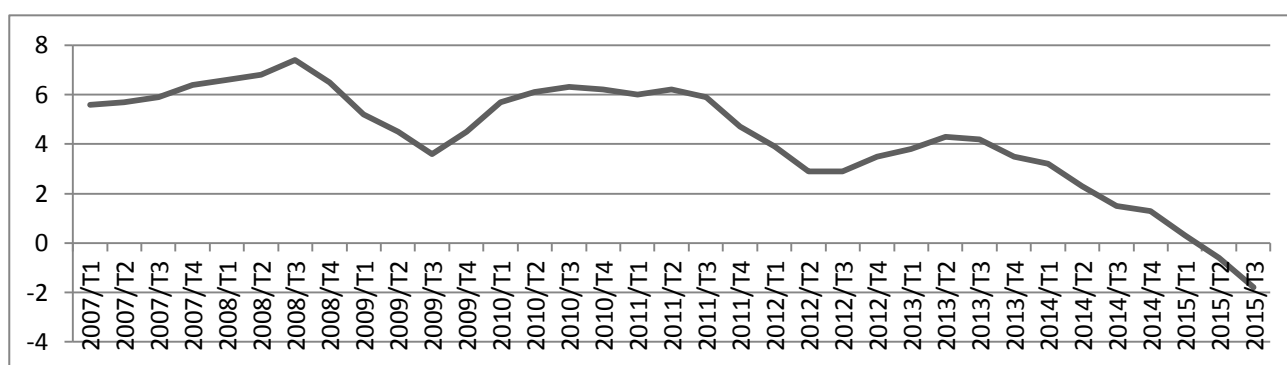
Analogamente, podemos observar pelo Gráfico 2 que a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo apresenta trajetória similarmente declinante após a crise de 2008/2009. Assim como verificado em relação ao PIB, com exceção do ano de 2010, em que há recuperação do nível observado antes da crise, e com exceção do ano de 2013, o declínio da taxa de formação bruta de capital fixo mostrou-se irreversível. A taxa de investimento, ao contrário, mantém-se em um nível maior do que o nível pré-crise como pode ser visto no gráfico 4, em que entre 2010-2013 permanece em 20%, caindo ligeiramente em 2014 para 19%, mas acima da taxa de 18% de 2007. Destarte, mesmo com a manutenção das taxas de investimento, sustentados majoritariamente pelo investimento público, e com os estímulos intencionados com as medidas provisórias, o ritmo de crescimento do PIB e da taxa de formação bruta de capital fixo não apresenta nenhuma evidência de *boom*. Por sua vez, o efeito-renda, segundo estágio da teoria austríaca do ciclo econômico, também não apresenta sintomas de crescimento no período, como mostra o gráfico 3 referente à taxa de variação acumulada em despesas de consumo pela famílias.

GRAFICO 2: Taxa de Formação Bruta de Capital Fixo



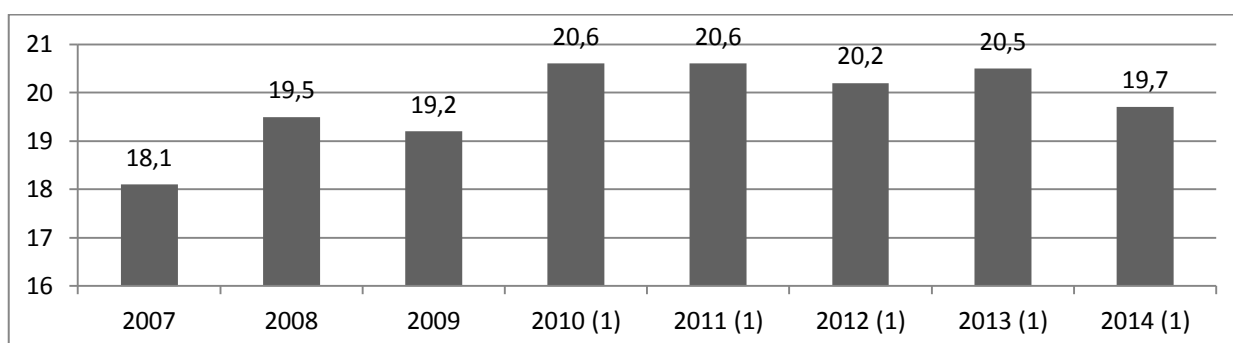
Fonte: IBGE

GRÁFICO 3: Despesa de Consumo das Famílias, variação em volume (Taxa acumulada em Quatro trimestres)



Fonte: IBGE

GRÁFICO 4: Taxa de Investimento (% PIB)



Fonte: IBGE

Ou seja, não é possível afirmar que há um link entre a recessão vivida hoje no Brasil desde o final de 2014 e qualquer movimento imediatamente anterior de *boom* ou de efeito-renda realmente consistentes com a análise dos dados. Na verdade, o único período de crescimento e efeito-renda observado na economia brasileira esteve alicerçado nas condições favoráveis da economia

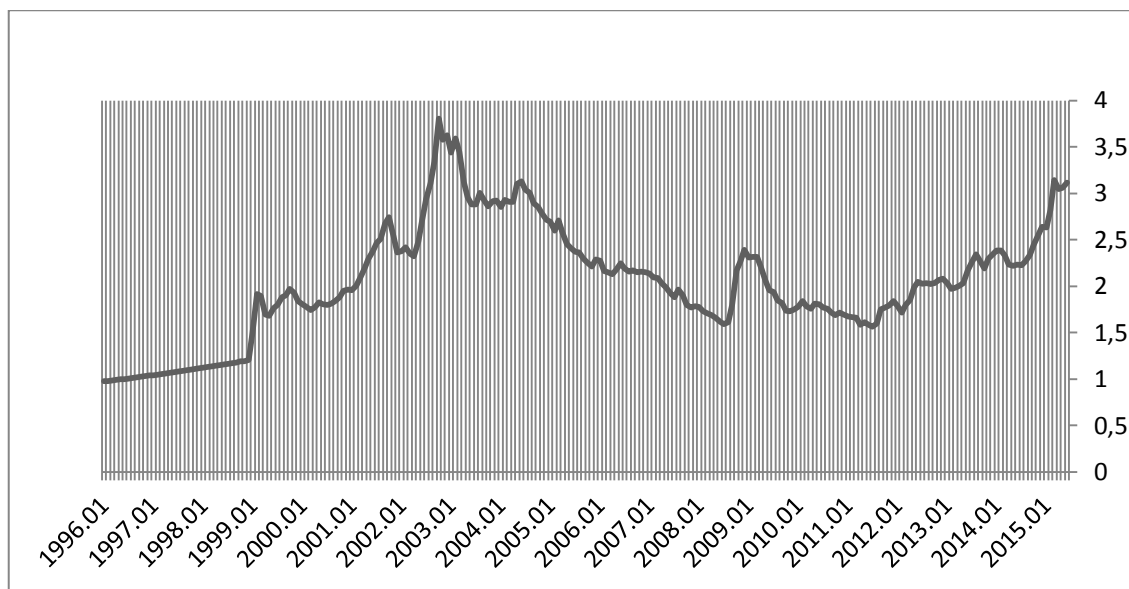
internacional entre 2003-2008, período em que se verifica a melhora dos termos de troca, sustentação cambial, e paralelo aumento do poder aquisitivo via estabilidade inflacionária que permitiram uma trajetória de crescimento ascendente e índices favoráveis de vulnerabilidade externa no Brasil. A conexão do desempenho da economia brasileira com o desempenho da economia internacional é o que de fato explica a recessão atual (novamente lembrando, há o componente político, mas não faz parte do escopo do artigo) em termos estruturais. O câmbio começa a se desvalorizar a partir de 2011 quando as exportações começam também a cair e as importações, paralelamente, elevam-se ininterruptamente, projetando para o período que vai de 2011 até 2014, saldos cada vez menores da balança comercial, movimento este, portanto, acompanhado pelo câmbio como podemos observar na comparação entre a Tabela 2 e o Gráfico 5 abaixo. Muito pior é o resultado do saldo em transações correntes a partir da crise de 2008/2009, que, desde então, tornou-se negativo e crescente. A conta capital e financeira, muito embora tenha apresentado um saldo líquido positivo e crescente, não conseguiu cumprir seu papel de cobertura face à diminuição do saldo comercial, nem tampouco das saídas de capital via serviços e rendas. O câmbio então passou a refletir esta situação de piora nas variáveis de vulnerabilidade externa.

TABELA 2: Desempenho Balanço de Pagamentos (US\$ milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES US\$ Milhões	TAXA DE VARIAÇÃO	IMPORTAÇÕES US\$ Milhões	TAXA DE VARIAÇÃO	SALDO	SERVIÇOS E RENDAS (LÍQUIDO)	SALDO TRANSAÇÕES CORRENTES	CONTA CAPITAL E FINANCEIRA (LÍQUIDO)
2000	55.085,59		-55.783,34		-697,75	-25.047,85	-24.224,53	19.325,80
2001	58.222,64	5,7	-55.572,18	-0,4	2.650,47	-27.502,52	-23.214,53	27.052,26
2002	60.361,79	3,7	-47.240,49	-15,0	13.121,30	-23.147,74	-7.636,63	8.004,43
2003	73.084,14	21,1	-48.290,22	2,2	24.793,92	-23.483,23	4.177,29	5.110,94
2004	96.475,24	32,0	-62.834,70	30,1	33.640,54	-25.197,65	11.679,24	-7.522,87
2005	118.308,39	22,6	-73.605,51	17,1	44.702,88	-34.275,99	13.984,66	-9.464,05
2006	137.807,47	16,5	-91.350,84	24,1	46.456,63	-37.120,36	13.642,60	17.021,06
2007	160.649,07	16,6	-120.617,45	32,0	40.031,63	-42.509,88	1.550,74	89.085,60
2008	197.942,44	23,2	-173.106,69	43,5	24.835,75	-57.251,64	-28.192,02	29.357,09
2009	152.994,74	-22,7	-127.704,94	-26,2	25.289,81	-52.929,58	-24.302,26	71.300,60
2010	201.915,29	32,0	-181.768,43	42,3	20.146,86	-70.321,51	-47.273,10	99.911,78
2011	256.039,57	26,8	-226.246,76	24,5	29.792,82	-85.250,55	-52.473,50	112.380,99
2012	242.578,01	-5,3	-223.183,48	-1,4	19.394,54	-76.489,13	-54.248,66	70.009,80
2013	242.033,57	-0,2	-239.747,52	7,4	2.286,06	-86.879,01	-81.226,58	74.352,79
2014	225.100,88	-7,0	-229.060,06	-4,5	-3.959,17	-89.251,30	-91.288,18	98.398,74

Fonte: Banco Central, elaboração própria.

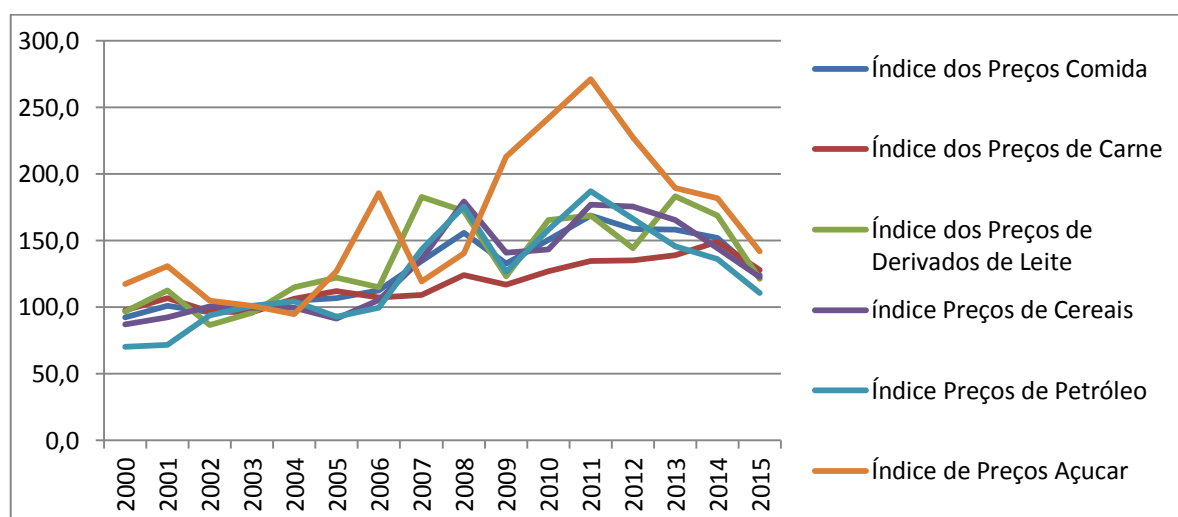
GRÁFICO 5: Taxa de Câmbio Comercial R\$/US\$ (Mensal)



Fonte: IPEA

O declínio das exportações deve-se em grande medida à piora dos índices de preços dos principais produtos exportados pelo Brasil e pela desaceleração chinesa que resultou numa diminuição das exportações para este país, que é o principal parceiro comercial do Brasil. As exportações para a China diminuem de U\$ 44.314.595.336 bilhões em 2011 para U\$ 32.114.644.624 bilhões em 2015, um declínio de U\$ 12.199.950.712 bilhões em quatro anos.

GRÁFICO 6: Índice de Preços dos Principais Produção Exportados pelo Brasil

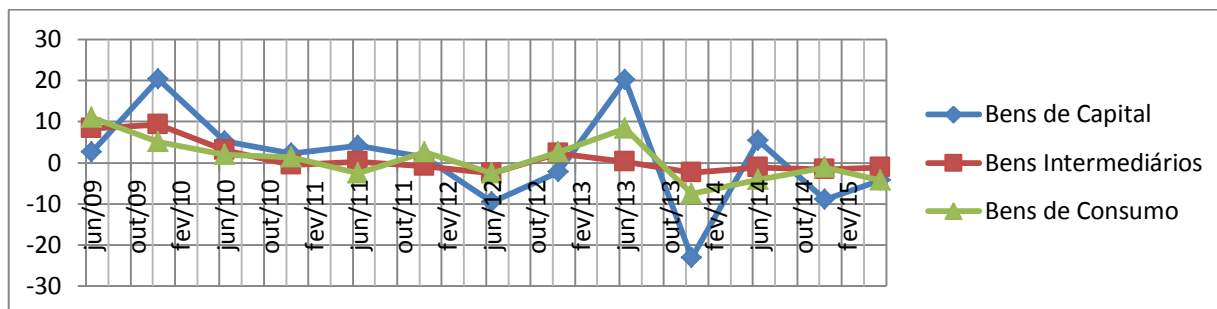


Fonte: FAO, elaboração própria.

Não obstante o contexto de potencial não aderência da teoria austríaca à recessão brasileira é possível notar aspectos de aderência no que tange à relação das intervenções com o desempenho econômico. Como pode ser observado no Gráfico 7, o setor de bens de capital teve uma trajetória muito mais oscilante do que os demais setores. O setor de bens intermediários, ao contrário, teve uma trajetória estável no período e não foi alvo direto das políticas intervencionistas; e mesmo a

partir de 2014, o setor de bens intermediários vem apresentando um desempenho melhor do que os demais setores, ocorrência também vista nos setores de bens de consumo semi e não durável. Portanto, é ponto positivo para a escola austríaca o fato de que os setores que sofreram mais intervenções no período analisado foram também os que tiveram mais oscilações, ou seja, foram mais instáveis e são os que mais vivenciam desempenhos negativos face à recessão.

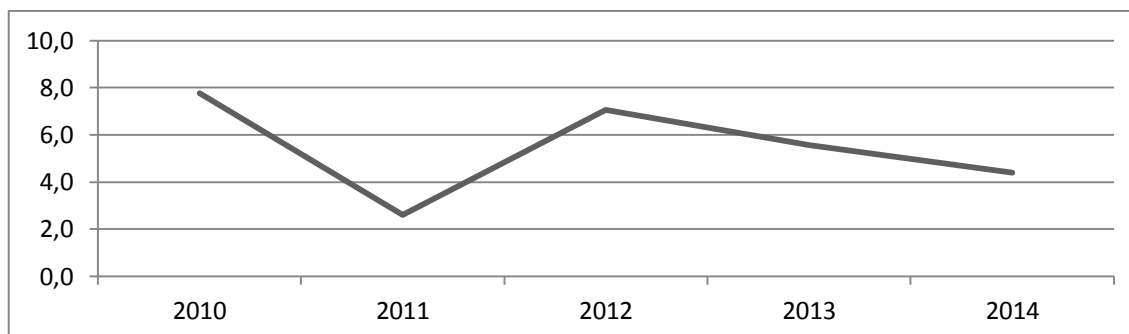
GRÁFICO 7: Taxa de Variação da Produção Física por setor industrial (semestral)



Fonte: IBGE, elaboração própria.

Outro indício de aderência pode ser identificado na análise dos dados inflacionários. Os índices de preços ao produtor (IPP) da Indústria de Transformação apresentaram elevação entre 2011 e 2012, período em que prevaleceram as Medidas Provisórias de Intervenção Econômica, mas quando do início da recessão, a partir de 2014, apresentaram queda como pode ser visto no gráfico 8. Assim que, deste ponto de vista, a inflação no setor de bens de capital apresenta tendência de queda, muito embora os dados não englobem o ano de 2015 em que a desvalorização cambial pesou fortemente nos custos de produção, a diminuição da atividade pode ter provocado uma diminuição dos preços neste setor, o que, segundo a teorização da escola austríaca abre espaço para o processo de reajuste na rentabilidade do capital e retomada do crescimento econômico, corrigindo o processo inflacionário observado no setor de bens de capital quando do início do suposto ciclo (tal como teorizado pela escola austríaca).

Gráfico 8: Índice de Preços ao Produtor (IPP) – Indústria de Transformação

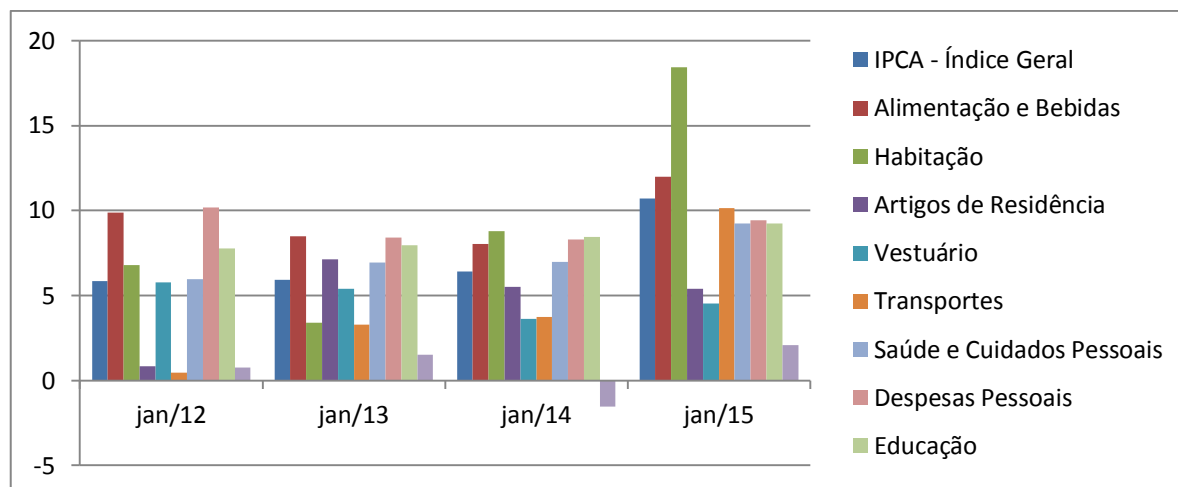


Fonte: IBGE

Já os índices de preços ao consumidor, como o IPCA (Gráfico 9), por sua vez, apresentaram ligeira elevação entre 2012 e 2014, e em 2015 deram um salto, principalmente em decorrência do

aumento das tarifas de energia elétrica, do reajuste do preço da gasolina e da ascensão exponencial da desvalorização cambial em 2015.

Gráfico 9: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

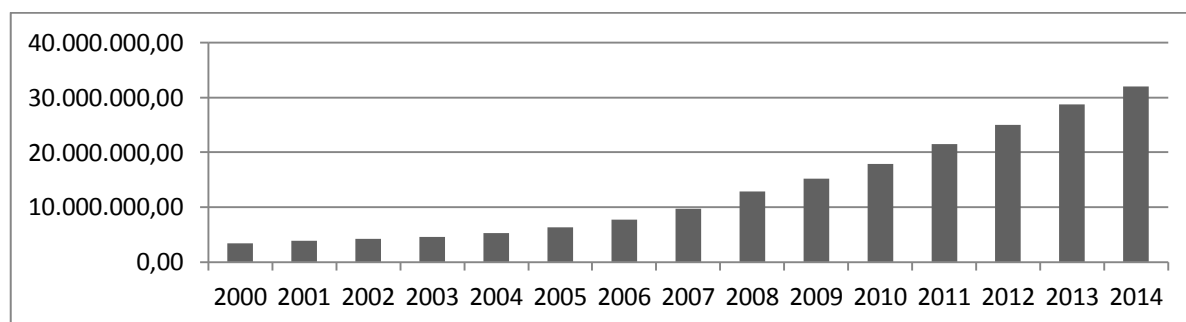


Fonte: IBGE

Os dados acerca da inflação, portanto, revelam indícios tanto de aderência quanto de não-aderência. Seria necessário nesse caso, averiguar mais detidamente a trajetória dos preços e da rentabilidade do capital.

A recessão aprofunda-se em 2015 com o aumento do desemprego, da desvalorização exponencial do câmbio e com o ajuste fiscal, o qual pode ser entendido como a “contra-face” política do terceiro estágio do ciclo econômico da escola austríaca, o aperto do crédito. Mesmo porque, como visto nos dados, a expansão do crédito até o período do pacote de ajuste fiscal e da mudança da política monetária não dava indícios de diminuição, como pode ser atestado no gráfico 10. No ano de 2014, segundo dados do CAGED, todos os setores da indústria de transformação, com exceção da Indústria de Produção de Alimentos e Bebidas tiveram um saldo negativo na evolução do emprego. As indústrias metalúrgicas, de papel, papelão, e de Calçados vinham já apresentando saldos negativos na evolução do emprego desde 2012. Mas foi em 2015, ano de implementação do ajuste fiscal que o desemprego sofreu salto notável e a recessão se intensificou.

Gráfico 10: Operações de Crédito ao Setor Privado (acumulado no ano) (R\$ milhões)



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

Em suma, os dados selecionados permitiram identificar preliminarmente duas aderências positivas à escola austríaca: (i) desempenho bem mais instável dos setores de bens de capital e de bens de consumo em oposição ao setor de bens intermediários que não foi alvo direto das políticas econômicas intervencionistas; (ii) possível desinflação no setor de bens de capital; (iii) processo inflacionário provocado pela contenção do preço da gasolina, que com o realinhamento provou uma descoordenação dos preços administrados em comparação com os preços em concorrência. Vale ressaltar que estas aderências não implicam que se as intervenções não tivessem ocorrido a economia teria seguido uma trajetória não recessiva, mesmo porque, como vimos, a deterioração do cenário externo e dos indicadores de vulnerabilidade externa estão no âmago da explicação da crise que vivemos em conjunto com o componente político evidentemente.

Portanto, há mais não aderências do que aderências: (i) não foi possível identificar evidências consistentes de um *boom* no período analisado, o que invalidaria o primeiro estágio do ciclo econômico causador da recessão; (ii) não foi possível identificar evidências de que houve um efeito-renda com consequências no aumento do consumo das famílias no período analisado; (iii) não foi possível identificar evidências de uma terceira fase de aperto do crédito no setor privado, mas sim a prática do ajuste fiscal e da elevação dos juros que corroboraram para piorar o contexto econômico desfavorável ao modelo de crescimento vivenciado pelo Brasil na década de 2000.

CONCLUSÕES

Diante da problematização teórica que fizemos e diante dos entrelaçamentos dos dados apresentados, não podemos concluir que a recessão ou o ciclo foi ocasionado pela intervenção porque, como vimos, o desempenho dos três principais setores da economia já vinha em ritmo de crescimento cada vez menor desde a crise de 2008; os efeitos do câmbio, da deterioração dos termos de troca e da desaceleração da economia chinesa e da fraca recuperação da Europa são aspectos inerentes da recessão e possuem caráter retroalimentativo, mostrando, neste caso que a vulnerabilidade externa é uma contradição congênita da economia brasileira; o ajuste fiscal e a elevação dos juros trataram de aprofundar a trajetória de queda no crescimento alinhada as transformações da conjuntura internacional e, por último, não vimos nenhum movimento de “*boom*” correspondente ao primeiro estágio do ciclo econômico austríaco, o que vimos foi um declínio permanente das taxas de crescimento (como parte dos efeitos das crises internacionais) brevemente minimizadas pelas intervenções na tentativa de salvaguardar o emprego num contexto de contradições do capitalismo em âmbito mundial. É muito provável que se as intervenções não tivessem sido realizadas, pela sua trajetória antes da crise de 2011 e após a crise de 2008 os setores de bens de capital e de bens de consumo teriam chegado ao patamar negativo de hoje antes, tendo em vista a deterioração do cenário externo. Da mesma forma, é prudente atribuir a devida importância ao ajuste fiscal e ao componente político. O programa do ajuste, além da contenção dos

gastos, incluiu a elevação das taxas de juros (passa de 7,5% em 2012 para 14,25% em 2016, maior patamar desde 2006) que trataram de enxugar os investimentos e deteriorar a crise orçamentária com a elevação da dívida e de seu custo para tentar controlar uma inflação claramente estrutural e não-monetária. O ajuste foi, nesse contexto, extremamente contraproducente porque se de um lado diminuiu os gastos em despesas correntes e programas sociais, de outro aumentou os gastos do pagamento da dívida pública em um patamar superior ao que foi programado para não se gastar com as despesas correntes; além disso, a queda na arrecadação orçamentária devido à desaceleração da atividade econômica, que se soma à elevação dos gastos com juros da dívida, provocou a incapacidade de se manter o superávit primário, o qual apresentou estabilidade até 2014.

Estas conclusões sobre a capacidade de a teoria austríaca explicar a recessão através do ciclo econômico causado pela intervenção governamental são obviamente bastante superficiais e precisam de maiores dados para ser confirmadas. Por hora, apresentam um bom direcionamento para pesquisas futuras para averiguar a aderência explicativa das teorias não-intervencionistas e, com isso, abrir caminho para atestar a eficiência das políticas intervencionistas.

BIBLIOGRAFIA

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Economia e Liberdade: a escolar austríaca e a economia brasileira**.

1997. Disponível em: <http://www.mises.org.br/>

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MISES, von Ludwig. **Intervencionismo uma análise econômica**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Teoria e História**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

_____. **Uma crítica ao interveccionismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

ROTHBARD, N. Murray. **A grande depressão Americana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012